

INDÚSTRIA BÉLICA EM CRISE

A indústria de armamentos do País chegou a um beco sem saída. Sem recursos para investimento, convivendo com a progressiva decadência tecnológica, o setor não tem condições de enfrentar ameaças à soberania da Amazônia acenadas pelos países desenvolvidos. O assunto mereceu um amplo debate, promovido pelo CORECON e Clube de Engenharia, no início de agosto. Foram cinco horas de discussões, numa mesa composta por militares e civis, onde o prato principal servido constou de valiosas informações e opiniões de especialistas, em debate raro para a sociedade brasileira. À parte o ufanismo que cercou o mito da potência da indústria bélica entre os anos 70 e 80, a constatação é que é imprescindível alavancar recursos para a modernização das fábricas de armamentos sofisticados brasileiros. O domínio da tecnologia é condição prévia de poder.



3
Em debate o
momento atual

4
Setembro em
perspectiva

6
Lessa prega a
justiça social

8
CORECON luta
por unificação

QUAL SERÁ O PROJETO DERRADEIRO?

a década de oitenta foi pródiga em tentativas de estabilização da economia brasileira. No primeiro quinquênio, o pragmatismo ortodoxo imperou, colhendo fracassos recorrentes. No segundo, a heterodoxia entremeada de políticas passivas do tipo "feijão com arroz" não alcançou melhor resultado.

O governo Collor trouxe para a década de noventa as mesmas teimosias e estratégias que impregnaram a política econômica no decênio passado. Elege-se o combate à inflação como o objetivo único, em explícito desprezo ao crescimento, e se usa dos choques econômicos sem nenhuma parcimônia.

A arrogância autoritária, inicialmente, e a cortesia de sua segunda equipe são apenas temperos diferentes que acompanham a peça principal. No último ano, através de entrevistas, artigos assinados ou, mesmo, editoriais, o INFORME CORECON discutiu a falsa unanimidade em torno da priorização do combate à inflação.

Também apresentou críticas profundas ao projeto neo-liberal que tentam implantar em nosso País, a qualquer custo, como uma via para a modernidade. Não faltaram palavras alertando que, a uma política econômica equivocada, só poderiam seguir-se fracassos explícitos, êxitos efêmeros e discutíveis.

Agora, quando o Governo insiste em manter o projeto neo-liberal e propõe à Nação a revisão constitucional, demonstrando julgar ser mais fácil alterar as instituições e a sociedade do que seu projeto, registramos mais uma vez a inconsistência desta opção estratégica, tanto com relação às tendências dominantes no capitalismo contemporâneo, quanto no que se refere à sua arquitetura interior.

O paroquialismo faz com que tomemos como prática dos países centrais o que é, tão somente, um discurso ideológico. As políticas ativas, o planejamento, a conglomeração industrial-financeira e o controle dos mercados são elementos constitutivos das grandes economias de capitalismo organizado.

O "Emendação", entretanto, não aponta para instrumentalizar o estado para o desempenho dessas tarefas. Além disso, ameaça estadualizar os recursos hoje destinados ao financiamento do investimento privado, numa clara contradição com o ideário privatista.

A falta de um projeto consistente de crescimento, bem como do equacionamento do padrão de financiamento que lhe dá suporte, levou o governo Sarney a produzir quatro planos heterodoxos de estabilização entremeados de políticas passivas que, em conjunto, levaram a economia brasileira à porta de hiperinflação. Quantos planos deverão ocorrer no governo Collor?

Márcio Henrique M. de Castro
Presidente do CORECON

Novas aquisições da videoteca

Já foram incluídos no acervo da videoteca os vídeos adquiridos da FUNTEVÉ-TVE (RJ) do programa "Olhar Nacional", realizado em 1988.

Os temas são:

- Conversão da dívida externa.
 - 30 anos de Brasil.
 - A política de combustíveis.
 - A reforma fiscal.
 - Reforma agrária.
 - Privatização.
 - Pólos petroquímicos.
 - Comércio exterior.
 - A questão da informática.
 - Desenvolvimento tecnológico.
 - A construção dos índices de preços.
 - A retomada do crescimento.
 - Reforma tributária.
 - Hiperinflação.
 - Política mineral.
 - Conjuntura econômica.
 - Política industrial.
 - A política de taxas de juros.
 - Transporte de massa. Entrevista com o Prof. Eduardo Modiano.
 - Política de preços industriais.
 - Brasil: Perspectiva e médio prazo.
 - Brasil século XXI. Especial Ignácio Rangel.
 - Política energética brasileira.
 - A questão das empresas estatais.
 - Situação atual e perspectiva da Química Fina.
 - Perspectivas de desenvolvimento do Nordeste.
 - Política de taxas de juros.
 - Perspectivas do comércio exterior brasileiro.
 - 40 anos de CEPAL.
 - Empresa nacional e empresa estrangeira: conflito ou convivência.
 - A renegociação da dívida externa.
 - O pensamento da CEPAL: Oswaldo Sunkel.
 - O pacto social.
 - Problemas e perspectivas do setor de energia.
 - O setor de construção naval.
- Além dessas aquisições, a videoteca conta também com as fitas dos dois últimos debates promovidos pelo CORECON e DTC do Clube de Engenharia: "O Momento Atual" e "Indústria de Material de Defesa no Brasil: Situação Atual e Perspectiva".

CORECON Premia Monografia

Estão abertas as inscrições para o 2º Prêmio do Conselho Regional de Economia, que vai premiar as melhores monografias de conclusão de curso ao longo de 1991. O prêmio — uma iniciativa do CORECON para incentivar a implantação do novo currículo nas faculdades de Economia — será entregue na primeira semana de dezembro.

As inscrições estão abertas até 10 de outubro. Poderão concorrer trabalhos em qualquer especialidade, desde que limitados a quatro por faculdade. O valor do prêmio será definido pelo CORECON e Banerj, banco que patrocina o prêmio. A escolha será feita por uma banca formada por especialistas da área acadêmica, institutos de pesquisas e CORECON.

■ Congresso em Quito. Será realizado entre 27 e 29 de novembro, no Equador, o 4º Congresso de Economistas da América Latina e Caribe, abordando o tema: "Crísis, Integración Y Cooperación Económica".

Prêmio 1991

Prêmio Haralambos Simeonidis 1991 — para artigos, livros e teses de doutorado de Economia Teórica ou Aplicada. Inscrições e entregas dos trabalhos nos centros ANPEC até 15 de setembro de 91. Prêmio: US\$ 2.700,00 livro e tese; US\$ 1.500,00 artigo. A entrega do prêmio será no XIX Encontro Nacional de Economia em dezembro deste ano em Curitiba/PR.

Congresso Nacional/SP

O IX Congresso Nacional de Economistas já está marcado. Ele se realizará de 19 a 22 de novembro do corrente ano, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, terá como tema central: "Brasil, um Projeto de Desenvolvimento".

CURSOS NO CORECON/RJ

Economia do Meio Ambiente

Instrutor: Manoel Pedro Côrtes
Período: de 16 a 26 de setembro
Preço: Cr\$ 25.000,00. 20% de desconto para economistas registrados e estudantes.

Matemática Financeira I

Instrutor: José Dutra Vieira Sobrinho
Período: de 30 de setembro a 4 de outubro. Data a confirmar.

Análise Econômico-Financeira de Empresas

Instrutor: José Francisco Filho
Período: de 7 a 18 de outubro
Preço: Cr\$ 32.000,00. 20% de desconto para economistas registrados e estudantes.

Todos os cursos serão realizados na sede do CORECON-RJ, no horário de 18:30 às 21:30h.

As vagas são limitadas. Faça já a sua reserva.

INFORME CORECON

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054. Tel.: (021) 224-0578, Ramais B-3 e B-4. Presidente: Márcio Henrique Monteiro de Castro. Vice-Presidente: Maurício Buzanovsky. Conselheiros Efetivos: Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Cláudio Monteiro Considera, Hélio de oliveira Portocarrero Castro, Lia Hasenclever, Luis Otávio de Figueiredo Façanha, Luis Carlos Pires de Araújo, Marcelino José Jorge. Conselheiros Suplentes: Aírton de Albuquerque Queiroz, Carlos Augusto Callou, Elvio Valente, Eustáquio Reis, Ignácio de Mourão Rangel, José Carlos Negri Periard, Renato Augusto da Matta, Rosa Maria Porcaro. Secretária de Coordenação: José Publio de Almeida Cunha. Secretária de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro. Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra. Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-8333. Biblioteca Eginardo Pires: bibliotecária Angela Peixoto. INFORME CORECON/ Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva, reg. MT-14109. Diretor Responsável: Alexandre Freire. Conselho Editorial: Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch. Coordenação e Edição: Frilas, Serviços Jornalísticos Ltda. Tel. (021) 220-5444. Projeto Gráfico e Diagramação: Pipsi Munk Programação Visual. Tel. (021) 267-2352. Secretária: Ângela Peixoto. Editoração Eletrônica: Rama Artes Gráficas Ltda. (021) 262-9906 Fotografia: Murillo Rocha. Ilustração: Ronaldo Torquato. Fotolito e Impressão: Jornal dos Sports. Tiragem: 20.000 exemplares. Periodicidade: Bimestral. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CRISE ECONÔMICA EM DEBATE

Inflação não se combate com compressão da demanda. A concentração da renda tem que ser eliminada.

Por que não foi superada até hoje a crônica crise que se instalou na economia do País? A questão foi o tema central de discussões no seminário "Momento atual", promovido pelo CORECON e Clube de Engenharia, no dia 31 de julho. E a resposta pôde ser encontrada na exposição de José Marcio Camargo, da PUC, que indicou o desequilíbrio estrutural — basicamente a extrema concentração de renda — como a causa dos problemas econômicos brasileiros.

Presidida pelo Chefe da Divisão de Engenharia Econômica do Clube de Engenharia, Darke Antonio da Costa, o encontro reuniu economistas — além de Camargo, participou Carlos Cosenza, da COPPE — e especialistas de outras áreas, como Hugo Dourado, professor de Direito Constitucional e ex-secretário-geral do PSB durante o governo João Goulart, e José Ribeiro de Lyra, ex-dirigente do BNDES.

Camargo lembrou que, há 15 anos, o país resiste a encontrar seu caminho de pleno desenvolvimento, independentemente de políticas econômicas diversas, alternando períodos de inflação, recessão e crescimento. "Não se trata mais de administrar um problema de curto prazo, pois nem medidas recessivas, nem o próprio crescimento, conseguem superar a crise", diz ele.

O economista reforçou sua tese apontando os sucessivos pacotes econômicos aplicados no Brasil. "Até março de 90, dizia-se que a causa da inflação se localizava na questão do financiamento da dívida pública, na oferta monetária". O Plano Collor, prossegue Camargo, com o bloqueio dos cruzados novos, era uma medida voltada para eliminar o problema do excesso de moeda em circulação. "Mesmo assim, a inflação voltou".

"A solução será encontrada via partidos organizados ideologicamente". **Hugo Dourado**

"As pressões dos banqueiros internacionais derrubam qualquer ministro" **José Ribeiro de Lyra**

A conclusão é óbvia. Se todas as propostas de curto prazo não resolveram, é porque a base de nossos problemas só encontra resposta na visão de longo prazo, afirma. Portanto, é hora de se pensar na solução para os problemas estruturais do país, diz ele.

O foco central dessa estratégia, segundo o economista, está localizado na extrema concentração de renda. "O Brasil tem uma característica inusitada em relação ao resto do mundo. Cinco por cento da população economicamente ativa detêm 40% de toda a renda gerada", ilustra. Para esse grupo de privilegiados "não há política de contenção de oferta que dê resultado".

São cerca de 3 milhões de pessoas para as quais o preço dos produtos não importa. Além disso, não se consegue alcançar o equilíbrio dos preços relativos. "O salário de um empregado custa o mesmo que um sapato de luxo", diz Camargo. Portanto, a economia conviverá com excesso de demanda permanente, complementa.

"É hora de se pensar na solução para os problemas estruturais do país." **José Marcio Camargo**

"Sem recuperação do desenvolvimento e elevação do emprego não há saída". **Darke da Costa**

"O governo vai aumentar a compressão salarial e reduzir mais a demanda". **Carlos Cosenza**

É nesse aspecto que Camargo identifica um dos pontos da crise. A constante redução do desempenho econômico — na década de 90 o PIB acumulou queda superior a 12% — faz com que a base industrial hoje instalada seja insuficiente para cobrir qualquer pequena elevação da demanda. "Se há uma reativação, a indústria volta aos níveis de 1986. Um exemplo é que, em maio e junho, a demanda cobriu a capacidade ociosa das indústrias".

Assim, não há política de recessão que reduza a inflação. "Só se for brutal, causando 40% de desemprego e afetando a capacidade de sobrevivência da maioria da população. E isso é política e socialmente impossível", diz Camargo. Uma das soluções para casar desenvolvimento com contenção no índice de

preços seria a redistribuição de renda.

"Para incorporar a massa que está fora do consumo teria que haver apropriação da renda dos 10% mais ricos, que ganham acima de 23 salários mínimos. Hoje, 50% da população do país ganham menos de dois salários mínimos", conclui.

Para Dourado, há uma explicação complementar: a desorganização ideológica dos partidos, que favorece o surgimento de líderes carismáticos, com propostas populistas. "Até hoje, só elegemos ditadores", diz o jurista. Ele afirma que, qualquer solução para superar a crise vivida pelo país, só será encontrada via partidos organizados ideologicamente. "Não se conseguirá fazer um pacto nacional, como o governo pretende, com partidos de ocasião", diz.

Na avaliação de José Ribeiro de Lyra, os obstáculos são constituídos, principalmente, pelas pressões externas, em função do endividamento brasileiro. Foram essas pressões, diz ele, que derrubaram sucessivamente todos os ministros que tentaram contornar o problema da crise econômica enfrentando os banqueiros internacionais.

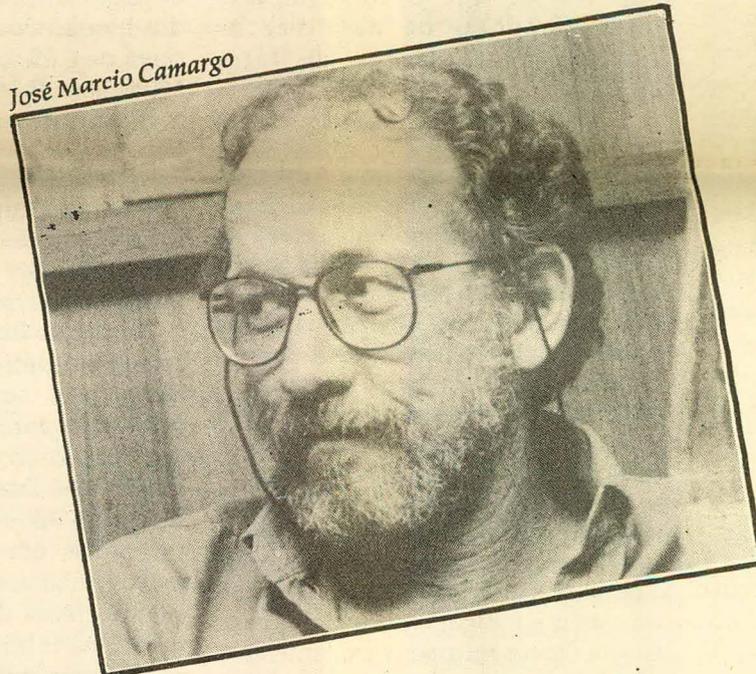
"Funaro caiu por exigência dos credores externos. A Zélia Cardoso de Mello dizia para os banqueiros que o integral pagamento da dívida exigiria sacrifícios em demasia do povo brasileiro. Foi embora exatamente no momento em que renegociava a dívida", lembra.

Segundo Lyra, o Brasil está sofrendo um processo de desmoralização externa não pelos erros cometidos na política econômica adotada internamente, mas pelas pressões externas. "O Plano Collor, que atacou a dívida interna, era tecnicamente correto. O problema é que só ficaram retidos os depósitos das lavadeiras".

Para Cosenza, a inflação já "virou um membro da família brasileira". Um exemplo, segundo ele, é a dificuldade em se fazer uma programação de médio ou longo prazo. "Orçamento virou peça de ficção". Embora tenha feito sua exposição antes do "Emendão" anunciado pelo governo, Cosenza previu que seriam adotadas todas as medidas pregadas pelo FMI.

"O governo vai aumentar a compressão salarial e acentuar ainda mais a queda da demanda". Tanto para Cosenza, quanto para Costa, do Clube de Engenharia, e Marcio Monteiro de Castro, presidente do CORECON — um dos interventores no Seminário — qualquer programa econômico que seja tentado só terá sustentação se houver recuperação do mercado interno.

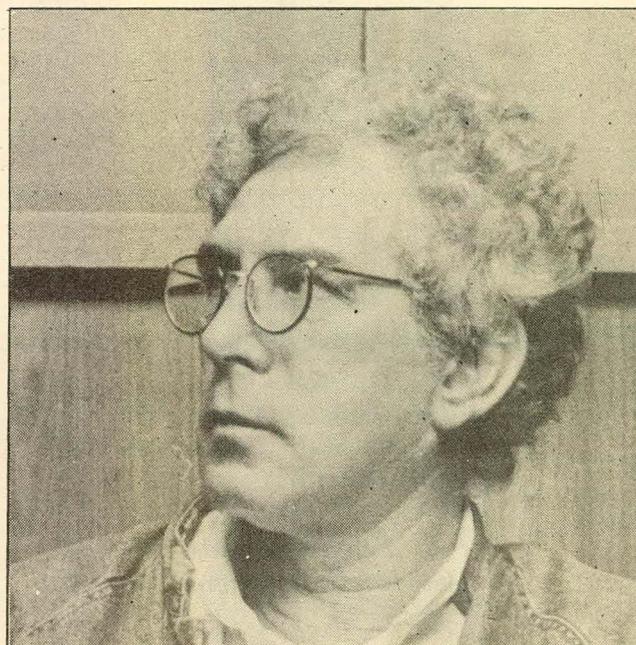
"A prioridade tem que ser a recuperação do desenvolvimento e elevação do emprego", disse Costa. "A inflação nunca será atacada com política de demanda. Sem política de renda via estrutura da oferta — resolvendo os pontos de estrangulamentos na capacidade industrial — só haverá sacrifício para toda a sociedade, sem resultado", finaliza Castro.



José Marcio Camargo



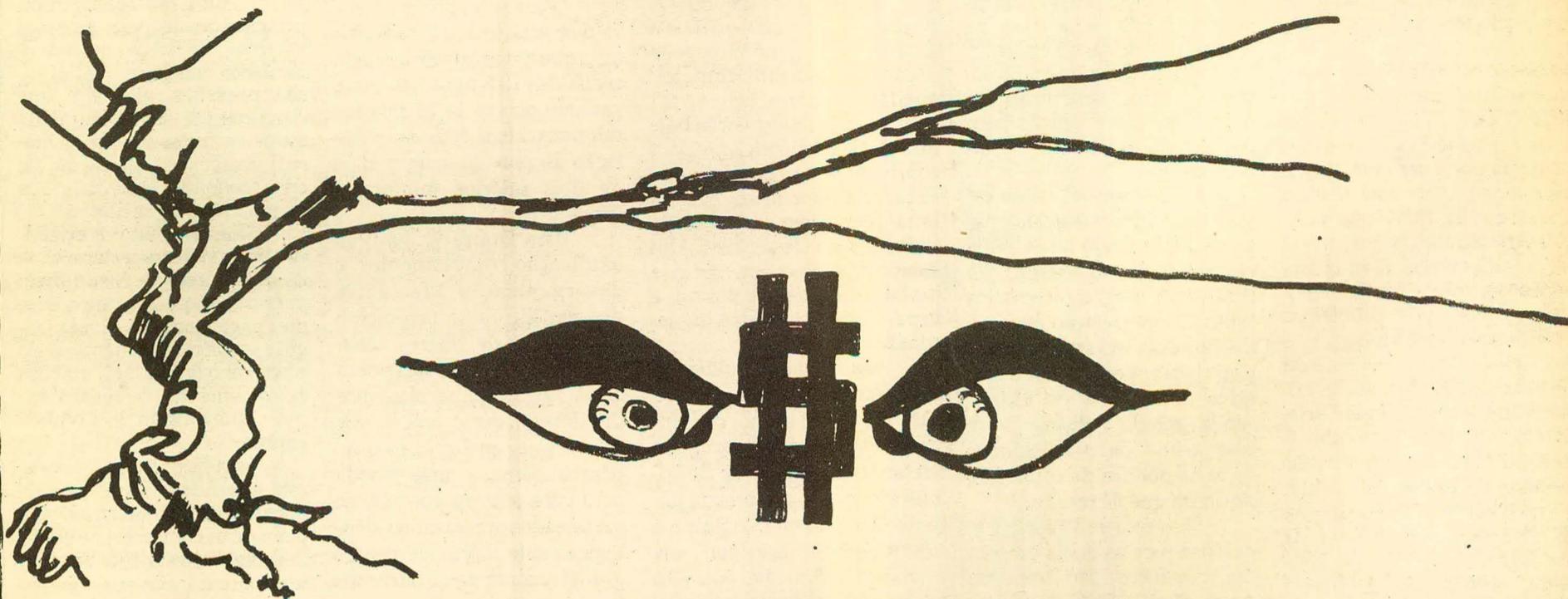
Darke Antônio da Costa



Carlos Cosenza

ECONOMISTAS ANALISAM SETEMBRO

No início de agosto, três especialistas fizeram projeções para setembro. A conclusão é que o mês não será tão negro quanto se esperava, apesar da liberação dos cruzados.



A devolução dos cruzados

CARLOS G. LANGONI
Ex-presidente do Banco Central (1980-83) e diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (IGV)

A decisão do governo em antecipar para 15 de agosto o início da liberação dos cruzados e, ao mesmo tempo, permitir a conversão integral de valores até NCr\$ 200 mil precisa ser analisada sob ângulos distintos. Há, em primeiro lugar, o impacto favorável em termos de credibilidade com a confirmação

objetiva de que o compromisso governamental de devolver os cruzados está sendo, de fato, cumprido.

A idéia de permitir o saque integral de quantias pequenas e convertê-las automaticamente em uma aplicação especial sem carência e taxas de juros mais elevadas (8% ao ano), eleva as possibilidades de esses recursos não serem canalizados para o consumo. É exatamente na faixa de pessoas físicas onde é maior a vulnerabilidade para os recursos migrarem para o consumo — especialmente bens duráveis — ou a especulação com dólar no câmbio paralelo.

O que causa especial preocupação é o fato de 77% dos valores bloqueados (cerca de Cr\$ 8,3 trilhões) pertencerem a pessoas físicas. Curiosamente, o que irá ajudar a mitigar o potencial expansionista desses recursos é exatamente o perfil altamente concentrado da distribuição da renda do país. As aplicações de pequeno porte (inferiores a Cr\$ 300 mil) são mais numerosas, representando cerca de 65% do total das contas. Constituem, entretanto, parce-

la relativamente pequena dos cruzados bloqueados pelas pessoas físicas: cerca de 6,6% ou o equivalente a Cr\$ 500 bilhões. É de se esperar que, quanto maiores forem as quantias bloqueadas, maior deverá ser a propensão a poupar. Pelo mesmo raciocínio não há grandes preocupações com os depósitos das empresas que deverão ser ou reaplicados em ativos financeiros ou investidos de forma gradual.

A questão fundamental é saber se o esquema especial proposto para a poupança será suficiente para manter baixa a proporção de recursos desviados para o consumo, por parte dos indivíduos. Tudo, evidentemente, vai depender do comportamento das expectativas em relação à economia nesses próximos meses. A generalização da crença de uma nova explosão inflacionária irá estimular uma corrida ao consumo, que acabará sancionando o comportamento dos preços. Se prevalecer a idéia de que haverá uma tendência gradual para recuperar o controle da inflação, especialmente em função da perspectiva de um acordo

com o FMI, a propensão a poupar será relativamente mais elevada.

O salto do índice de preços da FGV e a evidência de que as taxas de juros dos ativos financeiros foram em julho negativas em termos reais são fatores que pesarão desfavoravelmente no momento da escolha pela poupança. Nesse sentido, o uso da TR diária como indexador da chamada "poupança transitória" não contribui para minimizar as incertezas em relação à remuneração esperada nos próximos meses. O ideal seria adotar explicitamente um índice de preço (como o próprio IGP-M), que funcionaria como um verdadeiro seguro contra a inflação. Essas aplicações seriam lastreadas por títulos públicos pós-fixados (As Notas do Banco Central), corrigidos pelo mesmo índice de preço.

Em resumo, o nível das taxas de juros de curto prazo é que irá definir a proporção dos recursos liberados que serão efetivamente poupados. Qualquer erro nessa área crítica poderá disparar uma onda consumista com efeitos altamente desestabilizadores.

S/SOFF

Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços
 Manuseamos e Expedimos:

- Revistas
- Boletins
- Informativos Periódicos
- Carnês
- Anuidades
- Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho
 Uma Empresa conceituada no mercado pela sua pontualidade e honradez.

Fale diretamente com Humberto Machado, pelo telefone - 263-7570
 Rua do Propósito, 27 - Saúde - RJ

BOLSA DE EMPREGO

O CORECON/RJ possui uma relação atualizada de economistas formados com diferentes títulos — especialização, mestrado e doutorado — que estão procurando nova colocação no mercado de trabalho. Se sua equipe necessita de um profissional qualificado, consulte nossa bolsa de empregos. Procure para maiores informações a Sra. Marley ou Sra. Graça na Secord CORECON (Av. Rio Branco, 109, 19º andar - Tel: 224-0578).

Perspectiva da economia brasileira

CARMEN A. FEIJÓ, Phd
IBGE

FERNANDO C. DE CARVALHO, Phd
UFF

Em economia nada acontece com data pré-anunciada. Qualquer acontecimento amplamente esperado faz com que os agentes econômicos, inclusive o governo, tentem se antecipar à sua ocorrência, alterando por si só a trajetória que efetivamente a economia seguirá. Por isso mesmo é possível que o mês de setembro acabe se tornando um anti-climax para aqueles que esperam grandes abalos na economia brasileira, ainda que tempos muito difíceis nos esperem neste semestre.

Apesar dos resultados iniciais apresentados pelo plano Collor II terem sido melhores do que o antecipado pela maioria dos analistas econômicos, a situação do País continua muito instável. O recurso ao controle de preços tem se mostrado cada vez menos eficaz, mas a contração do nível de atividade e a compressão salarial, em especial no setor público, contribuíram positivamente para a contenção da inflação no primeiro semestre do ano. A relativa recuperação da atividade industrial neste período pode ser atribuída à reposição de estoques, tanto na indústria como no comércio. Por outro lado, o grau de capacidade ociosa na economia permitiria, em princípio, que um crescimento moderado da demanda pudesse ser atendido sem pressionar o nível de preços.

Algumas perigosas pressões se acumulam neste semestre que se inicia. A primeira delas, no entanto, talvez acabe não passando de uma batalha de Itararé, como tantas outras. Referimo-nos à liberação dos cruzados retidos pelo plano Collor I. A maior parte dos recursos retidos são aplicações financeiras de grupos econômicos e não poupanças de famílias. Estes recursos ao serem liberados, fatalmente se dirigirão a outras aplicações, com remotas repercussões sobre a demanda agregada. O risco aqui seria o de que estes recursos fossem destinados a aplicações fora do controle das autoridades, como o dólar. Um eficaz manejo da política de juros, no entanto, se o quadro geral da economia não se tiver deteriorado, poderá evitar estes efeitos indesejados. O governo mostrou estar atento a este problema, desarmando esta bomba, pelo menos.

Ameaça muito maior é constituída pela necessidade de definição de uma nova lei salarial a vigor a partir de setembro. Com a manutenção de altas taxas de inflação, torna-se politicamente inevitável a re-indexação salarial, o que, em contexto de pressões altistas de preços, exercerá efeito acelerador e perpetuador sobre a inflação.

Alguns preços estratégicos deverão subir neste semestre, especialmente os alugueis, de acordo com a nova lei do inquilinato, também em vigência a partir de setembro, e dos alimentos, em função da fraca safra agrícola deste ano. É neste contexto que a re-indexação salarial se torna fator importante de propagação de pressões inflacionárias dada a sensibilidade dos índices de custo de vida à variação daqueles preços.

A incapacidade em concretizar a reforma do aparelho do Estado levou ao ressurgimento do déficit público este ano, que poderá se agravar seja em função das pressões inevitáveis de funcionários públicos para reposição de seus salários, seja pela necessidade de recuperação de serviços básicos em áreas como saúde, educação e infra-estrutura.

Todas estas pressões emergem em um quadro de dificuldades políticas que reduzem as possibilidades abertas aos formuladores de política econômica. A possível deterioração de expectativas inflacionárias tornará cada vez mais inócua o recurso às chamadas câmaras setoriais. Os resultados obtidos nestas câmaras foram garantidos muito mais pelas incertezas que cercam o futuro imediato da economia que pela eficácia daquelas instituições. O apelo à recessão continua sendo o único instrumento real de controle de preços à disposição do governo.

Em suma, as perspectivas para este segundo semestre são infelizmente muito pouco animadoras. Recessão e inflação certamente continuarão entre nós e esforços significativos terão de ser enviados para que não se agravem. No entanto, a prazo mais longo, algumas iniciativas poderiam desanuviar este cenário. A reforma do Estado e o encaminhamento bem sucedido da negociação da dívida externa poderão amenizar as pressões inflacionárias e atrair recursos do exterior. O governo deve, em paralelo, desenvolver uma política de rendas que priorize a qualidade de vida da população mais carente, ampliando com isto o mercado interno. Nestas condições a tênue retomada do nível de atividade econômica poderá levar a que a recuperação das margens de lucro na indústria estimule a retomada do investimento produtivo. O principal desafio do governo é o de manter seu papel de coordenador das diversas demandas sociais, enquanto os mecanismos de mercado não dominam as regras de entendimento entre os agentes econômicos, mantendo a economia longe da hiperinflação.

Política salarial e vontade política

FERNANDO AMARAL
SEEB/RJ

Novamente está na ordem do dia para a sociedade brasileira a discussão de mais uma política salarial a ser implementada no País.

Outra vez está colocada para os trabalhadores a expectativa da reposição das perdas e a regulamentação de uma política salarial que garanta a manutenção do seu poder aquisitivo.

Por outro lado, volta a surgir a intranqüilidade do governo e dos empresários que neste momento, apesar dos discursos reconhecendo a existência das perdas salariais e constatando que o baixo poder de compra também significa baixo poder de consumo e conseqüentemente se reflete na redução do faturamento das empresas, pretendem manter inalteradas suas margens de lucratividade.

Durante a década de 80 a sociedade brasileira conviveu com incontáveis políticas salariais, todas de curto prazo, visando, não a manutenção do poder de compra dos salários ou a estabilização da economia do País, mas, apenas assegurar a atividade econômica e os lucros empresariais.

As políticas salariais anteriores não primaram pela preocupação de garantir o desenvolvimento social ou a melhoria das condições de vida dos cidadãos. No afã de pagar os juros dos empréstimos de origem externa elaboraram políticas salariais de arrocho com sensível comprometimento da qualidade de vida do cidadão trabalhador. Com isso o governo conseguiu:

Reduzir o poder de consumo do trabalhador e os custos incidentes sobre o empresariado.

Com a redução dos custos os produtos ficaram mais competitivos no mercado externo (Exportar é o que Importar!).

Com a redução do consumo surgiram os "excedentes exportáveis".

Com as exportações vieram os superávits em dólares que viabilizaram o pagamento dos juros da dívida externa.

Essa decisão política de primeiro "fechar as contas" para depois pensar na sociedade chegou ao fundo do poço e, pior, arrastou-nos junto.

A recessão a que estamos submetidos hoje é fruto de um entendimento político equivocado baseado em que

seria possível crescer do ponto de vista econômico e modificar a perversa realidade social brasileira mantendo ao mesmo tempo um "bom" relacionamento com as nações primeiro-mundistas, descartada a criação e consolidação de um mercado interno forte.

Somente com um mercado interno forte e consolidado, um padrão elevado de consumo e a existência de condições dignas de trabalho e de vida para o cidadão trabalhador é que poderemos construir uma sociedade política, econômica e socialmente eficiente, capaz de conseguir captar a poupança externa e utilizá-la de forma eficiente para complementar as necessidades de recursos produtivos do País.

A partir do pressuposto político de que é com salário digno que poderemos melhor consumir, melhor viver e trabalhar, é que faremos a discussão de uma política salarial. Em um País com problemas estruturais que viabilizam a concentração de renda e a manutenção de distorções sociais gritantes, não existem soluções mágicas. Neste momento precisamos discutir tanto o arcabouço jurídico que permite a manutenção das distorções quanto a luta constante do movimento sindical pela reposição de perdas que se avolumam a cada dia que passa.

"O País precisa de uma política salarial que garanta a manutenção do poder de compra dos salários e conseqüentemente o de consumo. As demais questões devem ser objeto de livre negociação entre patrões e empregados através de contratações coletivas, sem a ingerência compulsória dos poderes constituídos, os quais via de regra defendem interesses outros que não os da sociedade.

Essas contratações coletivas articuladas, ou seja, mesa única para discutir questões gerais dos trabalhadores, complementadas por mesas nas quais estejam representadas em separado, cada categoria e as empresas, visam garantir direitos de cidadania aos trabalhadores, respeitando as especificidades de cada categoria e de cada empresa.

Trata-se portanto de termos ou não a vontade política de superarmos a crise e a recessão com a participação ativa da sociedade.

Trabalhamos hoje com uma realidade pouco confortável, as perdas acumuladas estão estabelecidas em níveis que vão de 20 a 70 por cento, tomando-se como base o poder aquisitivo existente em março de 1990. Isto significa dizer que desta vez os patrões terão que arcar com a redução de suas margens de lucro, em seu próprio benefício, pois, só com salários compatíveis o consumo se elevará a médio prazo.

“EVANGÉLICOS SUBSTITUEM OS PART

■ ● Qual é, na sua opinião, a perspectiva de desdobramento da crise econômica atual?

Não consigo projetar, a longo prazo, uma estagnação de padrão similar ao registrado nos anos 80. Até porque existem processos em curso, por baixo da estagnação, que não estão nítidos, mas apontam para o futuro. Nós temos dispensado pouca atenção às coisas que acontecem dentro do subterrâneo da crise, onde se operam as transformações da sociedade. Primeiro, há uma mudança radical no comportamento demográfico da população. O Brasil abandonou o padrão demográfico característico do Terceiro Mundo e caminha rapidamente para o padrão do Primeiro Mundo. A projeção para o ano 2000 é que não haja crescimento populacional no intervalo de zero a sete anos. Essa projeção vai reordenar a prioridade do futuro. Segundo, vem a questão da pobreza, que é um potencial político muito grande, agravado nos anos 80. Há dificuldades de se organizar a pobreza, que é heterogênea. Os partidos políticos fracassaram na tentativa de organizá-la. Hoje, ela se organiza de forma sui generis, através da neo-religiosidade, de uma forma rapidíssima. As novas religiões têm cumprido o papel de organização da pobreza com uma eficácia surpreendente.

● Isso seria reflexo do enfraquecimento do Estado? Qual a causa da crise?

Dos anos 30 até os anos 70, o desenvolvimento do Brasil foi feito às custas de baixos salários, mas a industrialização foi dinâmica. A indústria brasileira demonstra, de maneira inequívoca, que é possível industrializar — até chegar à indústria pesada —, sem criar altos salários. Essa seria a nossa pobreza historicamente constituída. Outra coisa é o esgotamento do ciclo industrial — essa crise é de exaustão do modelo que rebate mais forte nesse segmento da população, que é mais fragilizado. É no bojo dessa crise que, surpreendentemente, está havendo um fenômeno de organização popular. Só que ele caminha pelo lado do religioso e não do político. O novo perfil demográfico é um processo irreversível e representa uma transformação importante em relação ao passado — haverá uma modificação nas demandas. A pobreza vai se apresentar ao processo político brasileiro, como potencial inovador, sob a forma de novas religiões.

● Isso é consequência do esvaziamento da representação política?

Não. Acho que as novas religiões representam para o segmento da pobreza a possibilidade de reconsti-

tuição de um grupo social de referência. Não estou fazendo referência à Igreja, mas às seitas que é uma família ampliada e constitui, pelas próprias regras, um seguro social. Na maioria, os aderentes contribuem com uma percentagem de seus ganhos para uma caixa comum, administrada pelos membros da seita para atender problemas dos membros da seita. Não como o bispo Macedo. Eu acho que ele é uma caricatura desse processo — e digo isso com a tranquilidade de um ateu histórico. A realidade dessas seitas é maior e mais abrangente que o bispo Macedo. Já temos, por exemplo, 43 deputados

há pouco mais de quatro anos, Carlos Lessa desapareceu do noticiário da grande imprensa. Seu discurso, impregnado da necessidade de uma mais justa distribuição de renda neste País, de se resgatar a dívida social com os miseráveis, passou a ser considerado anacrônico. Ganhava espaço a bandeira liberal em detrimento das causas sociais. Hoje, a voz do economista que ocupou a diretoria da Área Social do BNDES, que saiu do PMDB para o PSDB e está prestes a consolidar seu retorno ao antigo partido, começa ser novamente ouvida, por ir ao encontro dos anseios de uma expressiva parcela da sociedade. “Incentivar o crescimento da indústria automobilística só vai resultar em investimentos estatais para construir viadutos”, afirma Lessa. O gradativo abandono das teses neo-liberais — ainda que em pequena escala — fortalece a defesa que o economista vem tentando espalhar. “O atendimento às questões sociais exige a participação do Estado no econômico. O investimento na eletrificação rural, por exemplo, não é de interesse da iniciativa privada”. Lessa encampa, na prática, suas propostas. Parte de seu tempo é dedicada à pregação em espaços da “inteligência”, como o CORECON e o Clube de Engenharia, onde conclama

evangélicos que votam em bloco no Congresso.

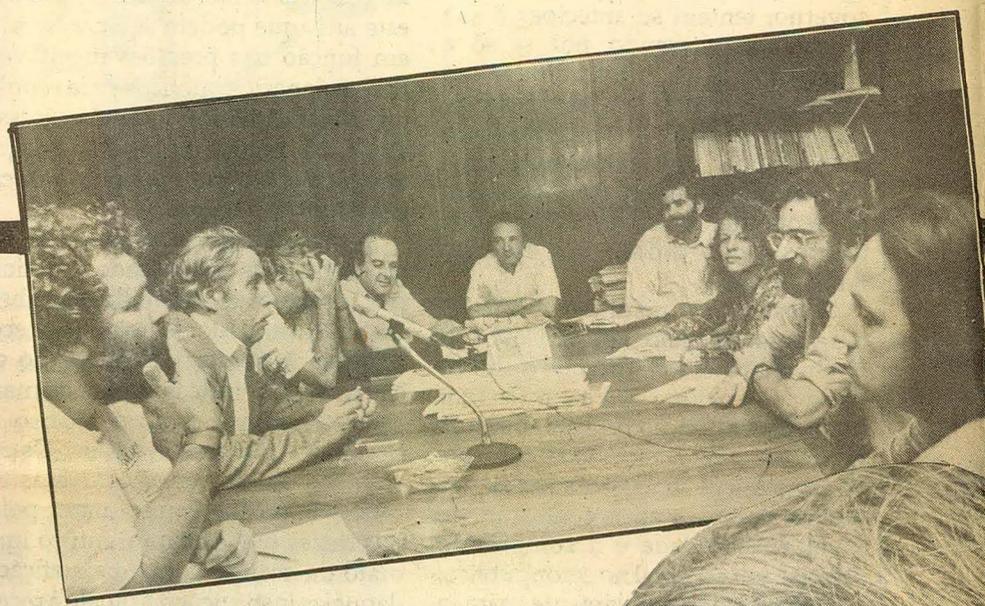
● O Senhor localiza a importância dessa “família ampliada” como decorrência da ausência de um mecanismo compensador?

É um vácuo dos poderes públicos. Curiosamente, essas seitas estão preparando muito mais a pobreza para entrar no mercado de trabalho do que qualquer outra coisa, na medida em que são extremamente restritivas. Elas condenam, compõem uma ética rigorosa, puritana e ajustam essa população ao mercado de trabalho com muita eficácia. Em algumas projeções se percebe até no

mercado informal — onde as empregadas domésticas de confissão bíblica ganham duas vezes mais que as não bíblicas. O que acho impressionante é a taxa de crescimento dessas religiões. A estimativa é que hoje reúnam 40 milhões de pessoas.

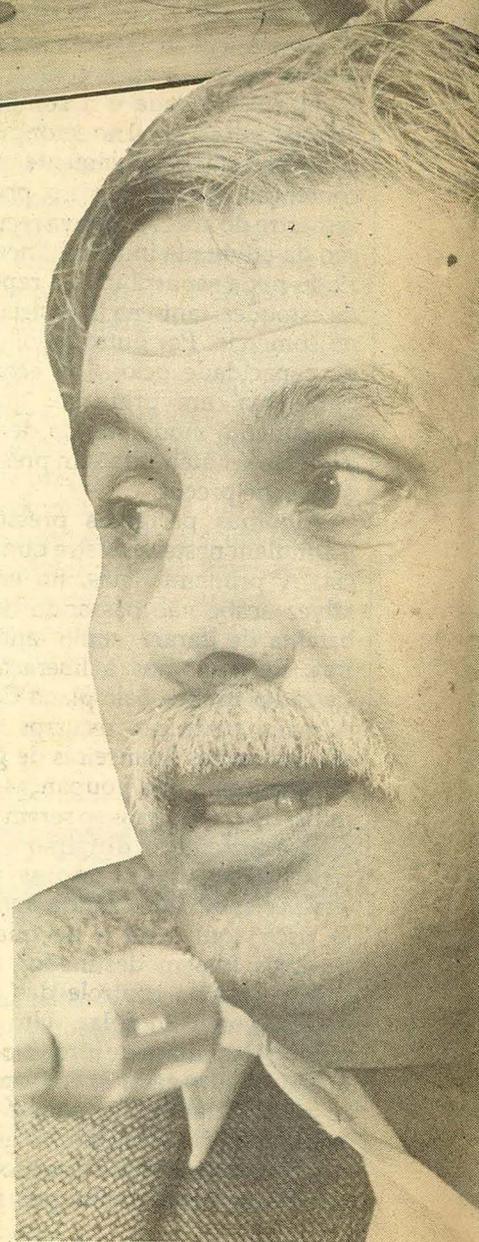
● Mas isso não é reflexo da falta de estrutura institucional?

Não estou deplorando, nem exaltando isso. No passado, as representações políticas da pobreza, na melhor das hipóteses, eram lideranças populistas, fundadas num afeto simbólico. Mas não representavam, de fato, nenhum povo organizado. Aliás, o populismo é a expressão da



economistas e engenheiros a se voltarem para projetos que resgatem da miséria as populações marginalizadas, através de uma “engenharia social”.

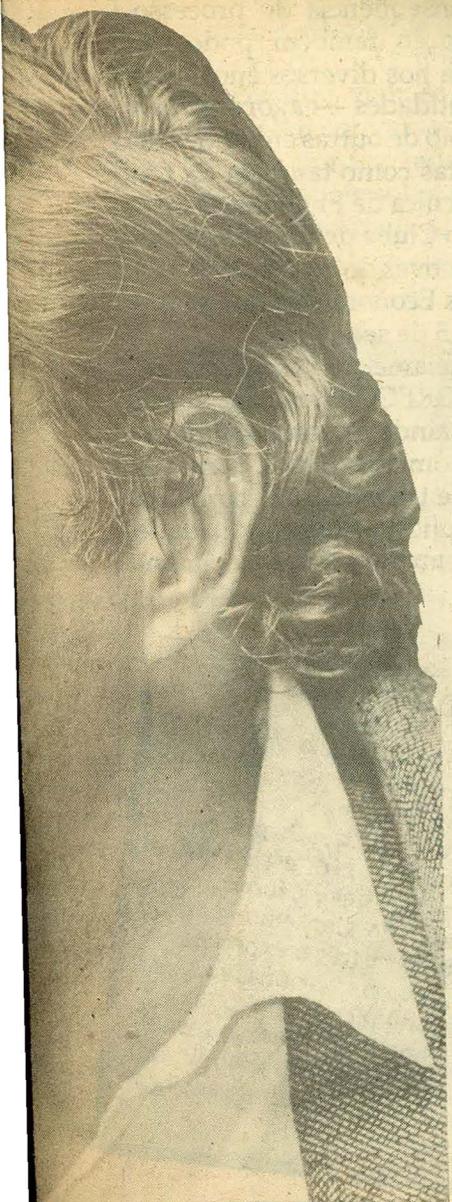
Em outros momentos, vai para a periferia, onde, por exemplo, acompanha D. Adriano Hipólito em atividades na Baixada Fluminense. A experiência de Lessa com a imensa parcela da população que está à margem do processo produtivo e de atividades partidárias o leva a desenvolver outra tese polêmica: “Os partidos políticos fracassaram na tentativa de organizar a pobreza. Hoje, os evangélicos desempenham esse papel com uma eficácia surpreendente”. Lessa falou sobre suas teses durante um debate na sede do Conselho Regional de Economia, do qual participaram o presidente do CORECON, Márcio Henrique de Castro, e os economistas Cláudio Considera, José Roberto Soeiro, Luiz Antônio Ruffo, Alexandre B. Freire, Carlos Medeiros e Maria do Rosário Pizzo.



IDOS NA ORGANIZAÇÃO DA POBREZA”

não-organização. As outras propostas partidárias falavam em nome do povão, mas sua representação era irrelevante e insignificante. Não estou falando do movimento sindical, mas da pobreza. Agora se assiste a um movimento de organização extremamente importante a partir das novas religiões. Há muita coisa nesse fenômeno. Nenhuma sociedade faz uma transposição espacial da magnitude que o Brasil fez. Nós tínhamos uma população dispersa e, no espaço de 50 anos, se colocou 70% no perímetro urbano e mais de 40% na rede metropolitana. As redes públicas não conseguiram evoluir para construir a garantia dos direitos. Nesse quadro, a pobreza encontra nova forma de organização, que é a dos canais políticos. Mas o surgimento dessas novas religiões acabará afetando o compor-

No debate, Lessa alertou economistas para o risco de esfacelamento do potencial de crescimento da economia brasileira



tamento dos partidos políticos de forma significativa.

● **Como o senhor analisa o papel do Estado nos investimentos sociais?**

Hoje existe uma atrofia da capacidade de investimentos, que rompe com a mentalidade histórica constituída entre investimentos privado e público. O que ouvimos falar é a retirada do Estado. O padrão de desenvolvimento do passado é passado. Não haverá possibilidade de reprodução do modelo anterior. Não sei se chegaremos à terceira revolução industrial, mas não voltaremos a crescer com a segunda. Por outro lado, a questão social constituída no Brasil é um fato irreversível e determinante para o futuro. Quase metade da população economicamente ativa do País está fora do mercado formal. Qualquer padrão de desenvolvimento no Brasil, para o futuro, terá a questão social no coração central. Mas se a economia não voltar a se dinamizar, não haverá como expandir significativamente os gastos públicos na área social. Ter a questão social no coração de uma estratégia é combinar projetos que melhorem as determinantes das condições de vida do povo com os impulsos de acumulação de capital da ordem existente.

● **Qual seria a prioridade para a política de desenvolvimento na questão social?**

A eletrificação rural, por exemplo. Esse é um mercado de pequeno consumo per capita, disperso e impõe custos de operação e manutenção muito altos. Entretanto, se continuarmos aceitando que grande parte da população viva sem energia no campo, estaremos convidando essas pessoas a virem para a cidade. A eletrificação integra ao social, modifica padrões de consumo, sociais, culturais, alimentares e, ainda, fixa o homem no campo. Para qualquer relançamento da economia brasileira, em termos de crescimento, terá que ampliar a oferta de energia elétrica.

● **Mas como aumentar a produção de energia, sem investir no aumento da geração de energia?**

É desprezível o aumento da produção que pode derivar do fato de ligar os agricultores à rede de energia. Só não é desprezível do ponto de vista social. Melhorar as condições de vida das pessoas no campo significa melhorar essas mesmas condições nas pequenas cidades que fazem parte do complexo rural, e onde é possível criar pequenos núcleos que possam prestar serviços públicos e criar condições de socialização adequada. Nos Estados Unidos, por exemplo, a maior parte dos trabalhadores rurais mora em peque-

nas cidades próximas e se desloca, para o campo.

● **Mas a rede existente atenderia essa demanda?**

Um quinto da população do País ainda não é atendida pela eletrificação rural. Se hoje houver necessidade de decidir se a energia do Xingó vai para a duplicação da Albrás ou para os bolsões de miséria nordestinos, tem que ir para os bolsões de miséria. Isso significaria colocar infra-estrutura num núcleo estratégico para o desenvolvimento. Porque os efeitos da demanda são conhecidos, mas o impacto social é completamente distinto.

● **Que outro projeto serviria para atender a questão social?**

Sou favorável à reformulação da matriz de transportes no Brasil — mas aumentar a capacidade de exportação e importação dos portos é, na minha opinião, uma sub-prioridade. A prioridade das novas ferrovias deveria ser, rigorosamente, possibilitar a aquisição de alimentos mais baratos nas cidades. Se houver restrições orçamentárias é mais lógico fazer as ferrovias do que os postos. Os projetos da carteira de investimentos do governo teriam que ser relidos e reordenados.

● **O senhor acredita que é possível viabilizar isso?**

Se o povão da pobreza não tiver representação no cenário político, não haverá estratégia que busque priorizar o social. A sociedade brasileira tem avançado na democracia e o povão está num processo muito intenso de organização e isso projeta para os anos 90 a entrada de um outro ator pesado no processo político brasileiro.

● **Ainda que seja um ator conservador?**

A pobreza é, essencialmente, conservadora, porque não pode se dar ao luxo de ter perdas. É paradoxal. A perspectiva do pobre é surpreendentemente patrimonialista, porque a percepção que ele tem é de uma inserção precária nos circuitos de produção e social. Suas âncoras são os pequenos ativos de que dispõe. Por outro lado, tem uma organização de demanda com uma clareza inequívoca.

● **Qual é, na sua opinião, a possibilidade de o Brasil entrar, mesmo tardiamente, na terceira revolução industrial?**

Existem “n” problemas para o Brasil entrar, de forma generalizada, na informática. A ausência da rede pública de ensino é decisiva nesse sentido. A mão-de-obra da segunda revolução industrial era formada por analfabetos que, treinados, podiam operar as máquinas. Mas, hoje, ele

não se capacita nem como usuário dos bens de consumo da terceira revolução industrial. O fracasso da escola primária é uma barreira intransponível. É estrutural.

● **Como se chega à modernidade quando não se consegue resolver a educação primária?**

A desatenção com o social não está apenas nos incapacitando de dar passos em direção à modernidade, mas está nos fazendo retroceder nos padrões de eficiência alcançados no passado. O Estado tem um papel estruturante neste projeto. A falácia neo-liberal, que tira o Estado do econômico para privilegiar o social, está tirando o Estado de um espaço para levar a lugar nenhum. Temos que discutir um padrão de desenvolvimento que compatibilize o social com a retomada da expansão da economia.

Eu não creio que o paradigma de mercado constitua uma proposta de desenvolvimento para a economia brasileira. O problema não é ajustar a economia ao mercado, é constituir um mercado.

● **Qual seria a participação dos partidos políticos na retomada do desenvolvimento?**

O desenvolvimento é uma questão retirada da agenda há dois anos. Até porque a crise, na sua projeção imediata que era a incerteza inflacionária, fez com que as pessoas refluíssem num individualismo atroz — no sentido de estar atento apenas ao seu salário. Ele volta a ter espaço para discussão com a possibilidade de crescimento. O processo industrial foi precedido por uma reestruturação política do Estado, conhecido por Estado Novo. Hoje, o Estado tem dimensões anacrônicas e obsoletas. Sem a construção de um modelo que determine uma proposta, não vamos, sequer, localizar o conflito. Nenhum padrão de desenvolvimento vai surgir no Brasil por parto sem dor. Os rearranjos políticos, para abrir novos caminhos, serão dolorosos, porém, não consigo ver uma sociedade de 150 milhões de pessoas em silêncio.

● **A história não pára. Qual o tempo limite para se organizar o povo que está fora do mercado de trabalho?**

A angústia do tempo é a mais forte. Nós temos que construir alternativas, pelo debate político, às propostas neo-liberais para tentarmos resolver a questão da arbitragem política. Se gastarmos muito tempo para isso, é possível que já tenha sido esfacelado o potencial de crescimento da economia brasileira. Esse risco é sinistro, real e absolutamente inexorável.

ELEIÇÕES MOBILIZAM CATEGORIA

Participação nas próximas eleições é fundamental para unificar o trabalho das entidades.

O CORECON está mobilizando seus associados para uma ampla participação da categoria no próximo dia 31 de outubro, quando se realizam as eleições para renovação de um terço do conselho, escolha de delegado efetivo e suplente no colégio eleitoral do Conselho Federal de Economia e dois conselheiros — um efetivo e outro suplente — para o ano de 1992.

As inscrições para registro de chapas se encerram agora, no dia 13 de setembro. Podem votar todos os associados que estiverem em dia com o pagamento das mensalidades.

A participação nessas eleições é fundamental para dar seqüência às propostas inovadoras que o CORECON quer implantar. Um fenômeno que vem sendo sentido por todas as entidades representativas dos economistas é a pouca participação da categoria nos debates e decisões das próprias entidades no contexto atual.

As dificuldades políticas e econômicas que afligem o País tornam ainda mais necessário o envolvimento dos economistas nas discussões de conjuntura nacional, como as que o CORECON vem desenvolvendo. As eleições desempenham um papel fundamental de mobilização da classe. E as entidades têm, no momento atual, a obrigação de se posicionar — seja através de uma postura crítica ou apresentando soluções de consenso da categoria.

Mas esse posicionamento carece, hoje, de uma representatividade forte o suficiente para que as entidades possam assumir posturas mais audaciosas. A última renovação do CORECON, por exemplo, foi feita com 376 votos — pouco mais de 2% do número total de economistas em condições de votar. Não é diferente o que ocorre no Sindicato dos Economistas do Rio e no IERJ.

Com o intuito de fortalecer a posição das entidades é que o CORECON está voltado para unificar o trabalho político do conselho, IERJ e Sindicato. Nesse sentido, foram enviadas ao COFECON, no início de agosto, sugestões para a reestruturação do sistema que integra a defesa dos interesses dos economistas. As propostas deverão ser submetidas à discussão das comissões do COFECON e outros conselhos regionais. São elas:

- Realização de eleições diretas e simultâneas para os Regionais e Federal, a cada dois anos, através de inscrição de chapas e sem prejuízo do sistema proporcional de representação a partir da obtenção, por quaisquer das chapas, de 20% dos votos válidos;

- Reforço do critério de representatividade inter-regional dos candidatos ao Conselho Federal, definindo-se um número mínimo de votantes no pleito, em função do tamanho da base regional, para que cada Estado tenha o direito de eleger um ou mais nomes para o Federal, no limite quantitativo de

representantes pré-fixados para cada Estado;

Ajuste do calendário eleitoral, de modo a fazer coincidir as eleições do COFECON/CORECON'S com as outras entidades de economistas, com vistas a facilitar o processo de unificação futura.

- Além dessas, foram encaminhadas propostas para reformulação do sistema financeiro e patrimonial das entidades, entre as quais:

- Prever o recolhimento automático de 20% da receita bruta dos Regionais ao Federal, com base em avaliação da estrutura de custos do Conselho Federal;

- Extinguir a obrigatoriedade de devolução ao COFECON de 70% do saldo de caixa disponível ao final de cada exercício. Esse dispositivo, de caráter autoritário, retira dos regionais a autonomia da gestão político-administrativa, pois interfere no fluxo de recursos programados para atividades e/ou projetos, cujas dotações, ao se tornarem indisponíveis no exercício subsequente, comprometem a continuidade dos projetos iniciados.

As sugestões foram encaminhadas ao COFECON após discussão e elaboração pelo CORECON, Sindecom/RJ, IERJ e Associação Profissional dos Economistas do Sul do Estado do Rio de Janeiro (AESE).

O argumento principal utilizado pelo CORECON na defesa das propostas apresentadas é o fortalecimento e a democratização das entidades representativas dos profissionais de economia. É importante destacar, ainda, que não bastam soluções simplistas — alguns rearranjos na configuração organizacional do sistema COFECON/CORECON'S para alcançar a credibilidade pretendida.

O CORECON/RJ identifica, sem nenhum esforço — como alertou ao Conselho Federal —, a falta de ambiente e estímulos para discussões aprofundadas a respeito da crise de representatividade experimentada por todas as entidades.

Assim, os novos rumos e objetivos do sistema devem ser buscados pelo Movimento de Renovação dos Economistas face o preocupante quadro político, econômico, social e institucional vigente. Justamente por isso, as propostas de mudança do sistema COFE-

CON/CORECON'S devem ser abrangentes, abandonando-se, em definitivo, soluções particulares e não compatíveis com os objetivos do Movimento de Renovação.

É esse movimento que tem sustentado como preocupação permanente a questão da unificação — a concepção de que a reestruturação do sistema deve estar, necessariamente, acoplada a um projeto de unificação das entidades de economistas em nível regional e nacional.

Atualmente, o Informe CORECON reforça a atividade de divulgação do trabalho dos economistas, independente de sua vinculação com entidades específicas, e está aberto à participação da categoria. No último ano, foram publicados seis números do Informe, obedecendo à periodicidade bimestral do veículo.

Sua extinção será um dos instrumentos para viabilizar a unificação, na prática, das entidades — CORECON, IERJ e Sindecom —, no lugar do Informe, deverá surgir um novo veículo, com maior número de páginas, cuja periodicidade deverá ser mensal.

A conseqüência do processo de unificação também pode ser constatada nos diversos encontros que as Entidades — agora não só com o apoio de outras entidades de economistas como também da Diretoria Técnica de Engenharia Econômica do Clube de Engenharia — vêm promovendo, como o 8º Encontro dos Economistas que se inicia no dia 5 de setembro.

Paralelamente a todo esse esforço, o CORECON também estará lançando, ainda este ano, a publicação "Economia Revista", para publicação de trabalhos de economia teórica e aplicada, de periodicidade trimestral, aberta a todas as tendências.

SEMINÁRIO

O CORECON está organizando o Seminário Internacional sobre Políticas de Estabilização — Experiências Comparadas. Os primeiros acertos para a vinda de especialistas estrangeiros ao Brasil já foram feitos pela direção do Conselho. A proposta é debater e trocar experiências com economistas responsáveis por planos econômicos da Argentina, México, Israel e Alemanha. Inicialmente, a realização do seminário está marcada para outubro, em local a ser definido.

Anuncie no Informe CORECON

O "Informe CORECON" é lido por mais de 14.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que são oferecidos.

O "Informe CORECON" funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra.

Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do "Informe CORECON" — um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral.

O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público.

DADOS TÉCNICOS

Largura das colunas:	
1 coluna	5,9cm
2 colunas	12,5cm
3 colunas	19,0cm
4 colunas	25,8cm

Área útil:

1 página: 31cm x 25,8cm
1/2 página: 15,5cm x 25,8cm
Material para Publicidade: fotolito ou arte-final
Impressão: Off-set — 2 cores

LIQUE: (021) 224-0578 ramal B-3/4

Preços GBS/CD custos de confecção de fotolitos e arte-final correrão por conta do anunciante.

TABELA DE PREÇOS

1 página	360.000,00
1/2 página	180.000,00
1/4 página	90.000,00
cm/coluna	3.600,00

FECHAMENTO PUBLICITÁRIO

Autorizações, reservas de espaço e entrega de fotolito ou arte-final: dia 15 de cada mês.

Cancelamento de reserva: Por escrito, com 72 horas de antecedência.



Falta de recursos foi um dos temas que mobilizaram os participantes

DECADÊNCIA NA INDÚSTRIA BÉLICA

Sem investimentos, setor pode fechar suas portas. A defesa do país está ameaçada.

Cerceada pela crise econômica que afeta a todos os segmentos da sociedade e estigmatizada pelo extremo ufanismo que dominou o setor nos anos 70 até meados de 80, a indústria bélica brasileira enfrenta um desafio crucial: perseguir a modernidade tecnológica para enfrentar ameaças que podem se tornar realidade ou fechar definitivamente suas portas.

O assunto foi exaustivamente debatido durante mesa-redonda promovida pelo CORECON e Clube de Engenharia, no dia 7 de agosto. Foi uma discussão de estímulo à inteligência, em que militares e civis rechearam a platéia de informações e opiniões valiosas raramente disponíveis para a média da sociedade. Também confirmou uma tendência que vem se manifestando isoladamente em conversas reservadas.

Se, por um lado, os militares precisam abrir o debate sobre o futuro da indústria de material bélico — ou de defesa, como preferem alguns —, como forma de manter a

própria sobrevivência do setor, por outro, os civis querem ver cair as barreiras de sigilo que sempre afastaram da opinião pública a real situação desse segmento.

A platéia que acompanhou atentamente o debate, durante as cinco horas de discussões, pôde ver o coronel Sergio Porto da Luz, assessor do Congresso para assuntos de estratégia militar, conferencista da ESG., acenar com o livro vermelho de Mao-Tsé-Tung e citar Clausewitz para apelar à coesão entre civis e militares na defesa do nacionalismo.

O mesmo nacionalismo que foi rechaçado pelo professor Domício Proença Júnior, para quem a guerra Irã/Iraque salvou a indústria bélica da falência. O tom maior dos debates foi alcançado pelos três militares — além de Porto da Luz, o coronel Pirró y Longo e o comandante Fernando Costa: todos indicaram como a maior ameaça que o Brasil tem a enfrentar a internacionalização da Amazônia.

Para eles, os países do Primeiro Mundo estão prestes a eleger a Amazônia como área de domínio internacional, em uma coalizão dos desenvolvidos, a exemplo do que ocorreu com as areias do Kuwait. Porto da Luz apontou a teoria do "canivete afiado" — Forças Armadas preparadas e dominando tecnologia de ponta em equipamento de defesa — como única forma de rechaçar aquela ameaça.

Do lado dos civis, as posições não foram uniformes. Enquanto Proença demolia o mito da "potência" da indústria bélica brasileira e o professor Drumond Saraiva descartava a possibilidade de investimento no setor em benefício da eliminação da fome no país, a professora Berta Becker defendia o meio-termo. Tanto é necessário destinar recursos para resolver a questão social, quanto é imprescindível desenvolver a ciência e tecnologia. Em comum, a assertiva de que quem domina a tecnologia controla o poder.

DEOLINDA SARAIVA



SÉRGIO PORTO DA LUZ

“A Eco-92 é uma preparação para respaldar no futuro a extraterritorialidade e jurisdição do Primeiro Mundo sobre a Amazônia.”



PIRRÓ Y LONGO

“O Brasil está deficiente em seus mecanismos de defesa. Vamos aceitar pacificamente a soberania limitada que querem nos impor.”



BERTA BECKER

“A indústria bélica desempenhou o papel de busca de autonomia tecnológica e inserção do Brasil na ordem mundial.”



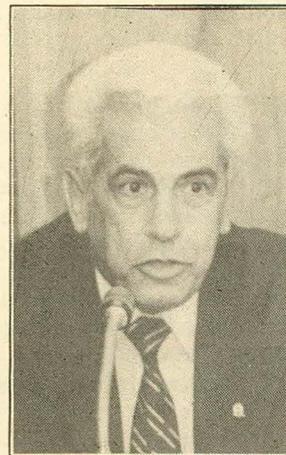
JOSÉ DRUMOND SARAIVA

“O fundamental é matar a fome de 40 milhões de crianças. É prioritária a defesa militar em uma sociedade de miseráveis.”



DOMÍCIO PROENÇA JÚNIOR

“A indústria bélica foi um enclave econômico em nosso país. O mito de Brasil potência em função de sua indústria bélica é uma mentira.”



FERNANDO MORAIS DA COSTA

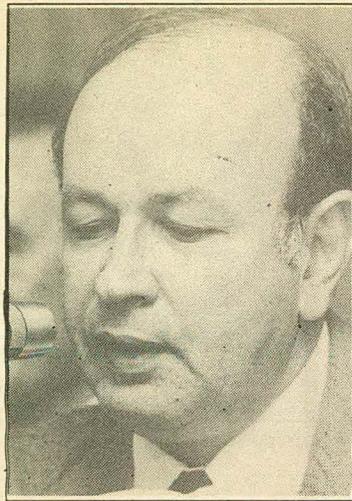
“Antes de mais nada, as Forças Armadas servem para evitar a guerra. Só têm que fazê-la em último caso, quando os políticos falham.”

A OTAN é solução em busca de um problema

Luz prevê soberania em cheque. Amazônia será novo Vietnam

A mais longa e polêmica apresentação foi a do coronel Sergio Porto da Luz, que dirigiu seu discurso para a dicotomia entre civis e militares e a necessidade de se adequar a indústria bélica brasileira para afastar ameaças à soberania do país. Sua teoria é a do "canivete afiado" — aquele que não mata o monstro, mas assusta pelo potencial de dificultar o ataque.

Segundo Porto da Luz, a agressão à soberania brasileira — especificamente no caso da internacionalização da Amazônia — tem que ser vista pelos países desenvolvidos em função de um "preço de sangue" a pagar. "Estamos numa guerra tecnológica, e a nação tem que



ser mobilizada para compreender isso", diz ele.

Em consequência dessa ameaça, prossegue, a indústria bélica tem que se estruturar para pensar a hipótese de guerra. "Hoje, a OTAN é uma solução à procura de um problema". Porto da Luz afirma que o poderio dos Estados Unidos ao redor do mundo levou a Marinha e os fuzileiros navais daquele país e serem empregados 53 vezes em 11 anos.

O coronel avalia que a Eco-92 é uma "pantomima", uma preparação para respaldar no futuro a extraterritorialidade e jurisdição do Primeiro Mundo em cima de posições brasileiras. "Vamos aceitar estatutos enfiados pela goela que não seremos capazes de cumprir, como aceitamos cartas de intenções que não cumprimos", alerta. E complementa: "Daqui a 10 anos, esses estatutos serão invocados

para (os países desenvolvidos) fazerem uma coalizão para virarem aqui".

Seguindo esse ponto de vista, Porto da Luz diz que o Brasil não pode abrir mão de seus projetos. O programa nuclear da Marinha, por exemplo, é uma das justificativas para sua teoria. "O submarino nuclear pode ser uma espécie de canivete afiado que poderá cortar a barriga do gigante que venha aqui. Pode não dar um soco na cabeça, mas faz com que ele saia sangrando".

Ele avalia que a força aérea terá de voltar seu desenvolvimento para a área eletrônica de controle do espectro eletromagnético, para obrigar os aviões a passarem por cima do alvo e impedir que bombas emergentes voem e ataquem em posições stand-off (o espectro eletromagnético destrói a capacidade das bombas inteligentes de atingir o alvo).

Para o Exército, Porto da Luz defende o investimento maciço na formação de "batalhões de guerrilheiros", que atuariam na Amazônia. "Talvez lá seja o novo Vietnam", afirma. Ele calcula que, para defender a Amazônia das ameaças de internacionalização, sejam necessários cerca de US\$ 1,5 bilhão — 1,5% da dívida externa brasileira. O coronel diz lamentar que a sociedade ainda não tenha se mobilizado em torno da defesa da Amazônia.

Para enfrentar a hipótese de guerra, Porto da Luz sugere a

instituição do Imposto para Defesa Emergencial contra a Internacionalização da Amazônia (IDÉIA), arrecadado em cima de pessoas físicas e jurídicas com rendimentos acima de determinado valor. O IDÉIA seria avaliado pelo Congresso, após amplo debate entre a sociedade. "Se queremos que a Amazônia seja nossa temos que bancar um custo para isso".

O coronel acredita que o risco de internacionalização da Amazônia — visão compartilhada pelas Forças Armadas — tem que ser discutido por todos. "Não tem que ser secreto. Os planos de combate, sim. Mas a concepção da guerra tem que ficar clara", diz. Porto da Luz afirma que as Forças Armadas devem ser empregadas sob controle dos civis. E isso só será eficaz se houver a trindade povo-governo-militares.

Ele complementa afirmando que a defesa do país não terá sentido sem a união da sociedade, a vontade nacional. "Por que as crianças estão abandonadas nas ruas? Quantos educandários se construiria com os US\$ 12 bilhões que o país remete em serviço da dívida? Ficamos civis contra militares, como adversários, os ricos sem compreender que um dia os pobres vêm como formigas dos morros sobre as cidades. Quebrar a trindade (povo-governo-FA) é a tática para fazer a dissensão no seio do povo, que Mao-Tsé-Tung detectava".

Tecnologia favorece controle externo

Longo: matéria-prima não é suficiente para o desenvolvimento

O coronel do Exército Pirró y Longo, implantador dos programas de pós-graduação no Instituto Militar de Engenharia, membro da comissão de mísseis do Exército e pró-reitor da UFF, fez sua exposição centrada na estrutura de poder dos blocos de países desenvolvidos, suas vantagens comparativas e a inserção do Brasil nessa estrutura.

Ele divide a capacidade de desenvolvimento dos países em função das características de poder potencial e poder tecnológico. No primeiro caso, de países com abundância de matéria-prima, mercado consumidor e mão-de-obra barata, inclui-se o Brasil, entre outros. No segundo, o exemplo mais nítido deste final de século é o Japão — país importador de alimentos, sem produção de energia, mas que domina a avançada tecnologia.

O país que domina a tecnologia leva vantagem comparativa a outros. "Ele passa a deter o controle das finanças e da tecnologia internacionais", diz Pirró y Longo. Esse poder permite, inclusive, a transferência do setor produtivo para a periferia. "A Siemens tem 70% de seus empreendimentos fora da Alemanha".

Como a tecnologia de base científica — a alta tecnologia — não é copiável, como ocorria com o conhecimento empírico, a concentração de poder nas mãos de quem a domina "se deu de forma fantástica". Hoje, a característica é de constituição de "pirâmides organizacionais" complexas para produzir a última tecnologia. "Só a Americana ITT tem três mil PHD", ilustra Pirró y Longo.

Essas "pirâmides", que exigem pesados investimentos para desenvolver inovações, permitem que os grandes grupos empresariais "tomem" o mercado, ganhem capital e, assim, invistam mais em pesquisa, reproduzindo o ciclo de domínio. As que não alcançam o controle tecnológico, tendem a desaparecer, diz ele.

O resultado é que, hoje, dois terços da produção de bens e serviços nos EUA, por exemplo — país que congrega poder potencial e tecnológico —, estão concentrados nas mãos de apenas mil empresas. Quanto mais avançada a tecnologia, menor o número de competidores. Assim, fortalece-se o fenômeno de fusão de empresas.

Alta tecnologia é fundamental para a defesa

Beker diz que nunca existiu complexo industrial-militar

A pesquisadora Berta Becker, professora de geografia política da UFRJ e conferencista do Comando do Estado Maior do Exército, analisou a questão sob o ponto de vista de sua especialidade. A opinião de Beker contrastou com parte dos conceitos emitidos por Proença.

A professora diz ser impossível pensar o mundo sem o desenvolvimento da alta tecnologia, cujo acesso é fundamental para o incremento da indústria de defesa em qualquer país. No caso brasileiro, afirma, a indústria de base, em determinado momento da história do país, deixou de ser o fator básico de segurança nacional no sentido de crescimento econômico.

A articulação da ciência e tecnologia com os interesses governamentais ficou visível na formação de um sistema nacional de desenvolvimento científico e

tecnológico na década de 70. Um dos sinais dessa estratégia, diz ela, foi a localização das plantas industriais do setor bélico, intencionalmente desenvolvidas próximo aos centros de pesquisas mais importantes. "A indústria bélica desempenhou o papel de busca de autonomia tecnológica e inserção do Brasil na ordem mundial", afirma.

Ela concorda com a tese de que nunca existiu um complexo industrial-militar brasileiro, mas muito mais em função do fato de que, na realidade, havia três projetos, desenvolvidos por cada uma das Armas militares. A Aeronáutica criou seu pólo aeroespacial em São José dos Campos, integrando o ensino da pesquisa e a indústria a partir da matriz do ITA e do CTA. Nesse caso, houve uma articulação público-privada, criando um anel de empresas na área do complexo dinâmico de S. José dos Campos e Jacareí.

Já o exército, diz Beker, desenvolveu um modelo diferente. Como já possuía tradição de produzir armamentos (munições, armas leves), com unidades de produção dispersas, ten-

tou articular sua indústria através da holding Imbel, nos anos 70, e incorporar modernização tecnológica de empresas privadas pré-existent, como a Engesa.

Em relação à Marinha, a professora destaca o deslocamento geográfico recente, saindo do litoral para o planalto interior. "Ela abandonou o mar e foi para Iperó, em Aramar", diz. Segundo Beker, a política corporativa de cada uma das Forças, não conectadas territorialmente, parece ser a explicação para a inexistência de um complexo industrial-militar no país.

Beker afirma que, apesar do discurso de globalização, os estados nacionais continuam a ser as unidades básicas de acumulação de capital e decisão política — e a ciência e tecnologia continuam a atuar como fonte de poder. "A questão é saber se a produção de material bélico — ou de defesa — é hoje importante para o desenvolvimento tecnológico". Para a cientista, o grande desafio a ser enfrentado pelo Brasil é resolver o problema social, mas também o da ciência e tecnologia.





Precisamos dominar a tecnologia da bomba inteligente

Costa vê interesse alienígena para estimular dicotomia

A análise do comandante Fernando Morais da Costa, vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa, foi dirigida em contrapartida à opinião do professor Domício Proença. Costa não concorda com a afirmação que a indústria bélica foi um entrave na economia. "As indústrias de química fina e de informática nunca exportaram nada significativo e nem por isso devem ser consideradas extinguíveis".

Ele lembrou que a indústria de defesa só nasceu e se desenvolveu em função da capacidade do engenheiro brasileiro e do impulso dado pelos institutos militares de engenharia para a sua formação. Segundo Costa, o

projeto nuclear da Marinha — no período de três anos e com um terço do que foi gasto em Angra dos Reis — já resultou em produção real que ultrapassou a capacidade estabelecida em Angra.

Para Costa, não interessa à mídia divulgar que o projeto nuclear está fazendo uma suspensão magnética sem atrito que não existia na América do Sul, ou que desenvolveu, por encomenda da Unicamp, projeto de controle e combate ao câncer com uso de equipamento nuclear. "Não convém dizer não é por sigilo; é porque há interesse alienígena em estimular a dicotomia".

Ele afirma que, em 1990, as três grandes produtoras de armamentos (Embraer, Engesa e Avibrás) responderam por 48,5% dos empregos do setor. "O que acontece é uma superestima de desenvolvimento da indústria automobilística". Costa alerta que o papel das FA não é de força policial, de combate ao narcotráfico. "Querer adotar a política de ocupação de espaços vazios vai levar as FA a querer ocupar outros espaços vazios, e os senhores imaginam quais são", afirma.

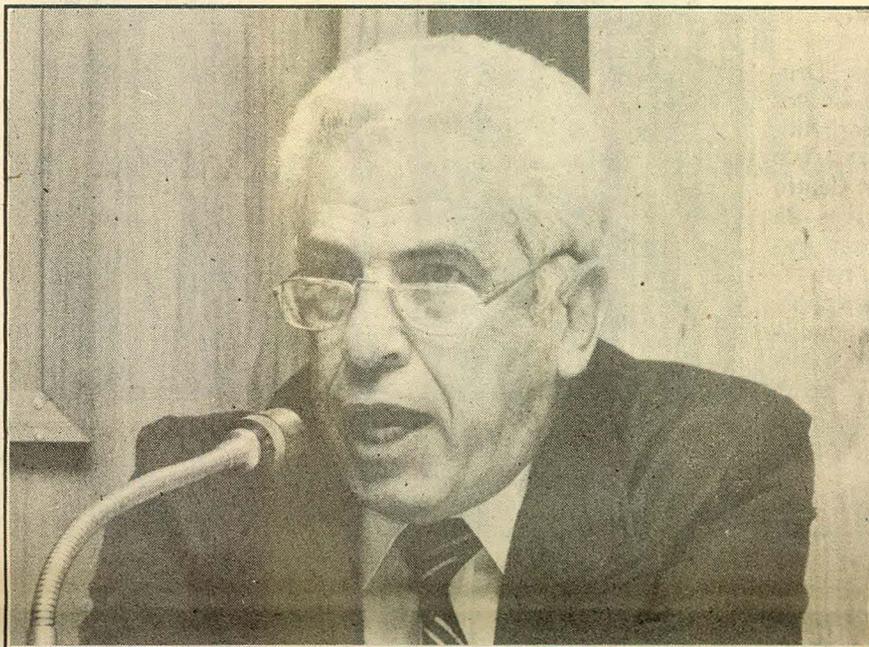
O comandante alerta que a internacionalização do Brasil é pregada "cinicamente" em todos os ambientes do mundo. "O

apartheid tecnológico é expressão comum no Primeiro Mundo, e é acenado contra nós. Não é porque mandamos meia-dúzia de Astros para o Iraque". O desaparecimento da indústria de defesa, prossegue, levará à abertura de espaço para "guarda-chuva alheio", e o país não terá condições de atender aos contenciosos que tem pela frente.

É necessário, diz Costa, que se acabe com o "debate histórico". Daqui a cinco anos, lembra, será redefinida a situação das fronteiras marítimas. "Nosso petróleo está fora das 12 milhas. E se as águas forem internacionalizadas como foram as areias do

Kwait? Como fica nossa independência energética? Há meios de implantar defesa?"

Costa encerra sua palestra lembrando que o mundo vive a era da bomba inteligente. "Não precisamos dela, mas precisamos saber fazer. Antes de mais nada as FA servem para evitar a guerra. Só têm que fazê-la em último caso, quando os políticos falham".



"Não há mais espaço para pequenas organizações", afirma.

Pirró y Longo identifica o mundo centrado em quatro lideranças tecnológicas — "um mundo quadripolar" —, em que o poder potencial se integra ao poder tecnológico: Europa Ocidental, puxada pela Alemanha; América do Norte (liderada por Estados Unidos e completada por Canadá e México); Ásia (Japão à frente de Coreia, Taiwan e com possibilidade de atrair a China); e Europa Oriental, comandada pela União Soviética.

O que poderia ser o quinto bloco, o sul-americano, só se viabilizaria se fosse suplantada a defasagem tecnológica, principalmente brasileira.

"Nós temos poder potencial, sem capacitação científica e tecnológica". O cerceamento ao acesso à tecnologia, lembra Pirró y Longo, não está limitado ao setor bélico brasileiro; é característico a todos os setores. E tecnologia é fator de poder.

Nesse aspecto, o Brasil está deficiente em seus mecanismos de defesa. Tanto que abre espaço para que tome corpo fora do país a proposta de internacionalização da Amazônia. Segundo o coronel, Robert Macnamara (ex-secretário de Defesa dos EUA) apresentou proposta ao presidente Bush para que o Brasil abandone seus projetos de indústria bélica e o país volte seu Exército para o combate às drogas, esquecendo o papel de defesa nacional.

"Os Estados Unidos garantiriam nossas fronteiras, assumindo o papel de mantenedores da delimitação territorial. Seria aberto o espaço para a internacionalização da Amazônia", afirma Pirró y Longo. Ele diz que o presidente da Academia Soviética de Ciências alertou a missão militar em visita à URSS que a soberania da Amazônia estava ameaçada.

"É nesse quadro que se insere o cerceamento à tecnologia. Se não tivermos desenvolvimento tecnológico autônomo, vamos aceitar pacificamente a soberania limita-

Guerra Irã-Iraque salvou setor da falência

Para Proença, mito foi estimulado pela mídia e governo

Domício Proença Júnior, professor da Coppe/UFRJ, centralizou sua avaliação em três aspectos principais: o desempenho econômico, tecnológico e de defesa da indústria bélica. Para ele, o setor sempre apresentou para a opinião pública uma imagem distante da realidade. Na década de 80, o governo divulgava valores de US\$ 3 bilhões anuais em exportações, quando o pico de vendas, alcançado em 1987, foi de US\$ 570 milhões, disse ele.

Armamentos tradicionais, como armas de mão, e até calçados, tinham seus valores embutidos nas exportações do setor. "Na verdade, a maior parte dos negócios não passava pela Cacex", complementa Proença. A partir da abertura parcial de dados ao final dos anos 80, pôde-se conhecer uma parcela dos números reais.

De 1975 a 1989, o Brasil expor-

tou US\$ 2,6 bilhões, numa média de US\$ 200 milhões por ano. "A guerra Irã/Iraque salvou a indústria bélica brasileira de morte natural no início dos anos 80", avalia. Segundo Proença, as Forças Armadas, longe de serem a mola propulsora da indústria bélica, como se queria fazer acreditar, eram um volante de inércia com o qual se podia manter um determinado nível de escala.

A participação do setor militar como fonte de disseminação tecnológica foi redundante, em função da pesada participação do Estado no setor. "Pode-se perguntar se a indústria bélica não foi, na realidade, um enclave econômico em nosso país", questiona. Proença acredita que a imagem internacional sobre o potencial da indústria foi resultado de peça de propaganda divulgada pelo governo brasileiro.

Estimulava-se a prática de anunciar que o país fabricava produtos que não existiam para obter dinheiro em encomendas e, assim, colocar em prática essa



produção, exemplifica. Outra consequência surgida da decisão do Brasil de vender armas a quem quer que fosse — "viramos mercadores de armas" — foi a inclusão do país na lista de boicote à aquisição de tecnologia militar.

Para Proença, consolidou-se, naquela época, um conluio espúrio de interesses e omissões, inflado pela mídia internacional — ao garantir que o Brasil era o principal fornecedor de armas para o Iraque — e pelo governo,

ao divulgar que o país construía um complexo industrial-militar com influência, capacidade e poder. "Dizia-se que havia boicote estrangeiro, dezenas de pedidos, negócios de milhões. Tudo sigiloso".

Proença diz que a persistência do mito de Brasil potência em função de sua indústria bélica é uma mentira. Ele avalia que os conceitos de defesa e tecnologia vivem hoje à sombra de uma nova realidade internacional. "A questão da defesa, cedo ou tarde, abandonará o campo pseudo-científico". Ele acrescenta que, enquanto os interesses brasileiros no setor forem pouco transparentes, existirá a suspeita sobre o uso que o país fará da tecnologia, à qual continuaremos sem acesso. "Não se pode falar em defesa de democracia sem trazer à luz a responsabilidade civil sobre metas, objetivos e meios de política nacional". Segundo Proença, os saudosistas ainda se agarram a realidade ultrapassada, autoritária, sobre uma indústria que "só existiu na mentira".

Importante é matar a fome da sociedade miserável

Saraiva acredita que defesa prioritária é alimentar o povo

O engenheiro José Drumond Saraiva, diretor do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul e membro do Centro de Estudos Estratégicos da Unicamp reservou para sua palestra a questão social não resolvida no País e a inserção da indústria militar nesse contexto. Falou também sobre o des-caso das autoridades governamentais em relação aos investimentos em ciência e tecnologia.

Saraiva lembra que a divisão do mundo, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, faz parte da história universal. A questão, ressalta, é o paradoxo vivido pelo Brasil, país que tem uma maioria de sua população miserável e uma pequena parcela opulenta. "A população está vivendo debaixo de viadutos, enquanto uma minoria, representada pelo empresário nacional, vive de forma nababesca".

Por isso, o problema da indústria de armamentos deve ser discutida sob esse aspecto. "A indústria bélica assumiu riscos que não correspondem à realidade", diz ele. Drumond Saraiva acrescenta que os investimentos necessários para desenvolver o setor são altos, e a defesa prioritária deve estar voltada para o resgate da "sociedade miserável".



"Sempre se investiu pouco em ciência e tecnologia", diz ele. Segundo Drumond Saraiva, as inversões no setor sempre ficaram abaixo de 0,5% do Produto Interno Bruto brasileiro. Durante a década de 70 e parte dos anos 80 uma parcela considerável dos recursos destinados à ciência e tecnologia foi para a área militar. "A Finep financiou a maior parte dos projetos militares", afirma.

Hoje, acrescenta Drumond Saraiva, 40% das verbas do setor são controlados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. "Quem acredita que há necessidade de uma indústria militar para garantir a autonomia parcial ou soberania do País que tenha a coragem de dizer quanto vai custar", diz ele.

Saraiva acredita que a questão da defesa militar tem que ser objeto de amplo debate nacional. "Não esqueçamos as

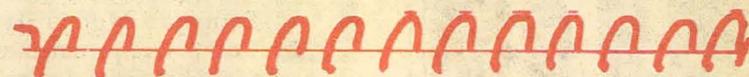
décadas de autoritarismo, segredo, mentira. Senão, apagaremos a história". Para ele, existem "mercadores da morte" para vender seus produtos, que querem que os conflitos localizados se multipliquem. "Defesa não é assunto para monopólio industrial-militar", ressalta.

Ele afirma que, analisando sob a ótica da prioridade, o fundamental é matar a fome de 40 milhões de crianças, dominar a tecnologia sensível e concentrar recursos bioenergéticos, como a Amazônia, para alimentar a população. "É importante para a sociedade investir em submarino nuclear? Os Estados Unidos já estão dentro do País, como todos os que detêm o poder financeiro internacional. É prioritária a defesa militar em uma sociedade miserável?", finaliza.

MEMÓRIA

É com imenso pesar que registamos o falecimento do professor Isaac Kerstenetzky. Participante do Movimento de Renovação dos Economistas, atuou no CORECON e no IERJ deixando marcas por sua objetividade e equilíbrio. Economista eminente, foi, em sua vida profissional, antes de tudo um formador de quadros, através da prática acadêmica e do exercí-

cio em funções no serviço público. Sua liderança estimulava o aprendizado e o crescimento profissional. A firme dignidade democrática que manteve durante sua vida criou espaço profissional para que toda uma geração pudesse, com liberdade teórica, estudar, trabalhar e discutir os aspectos mais críticos de nossa economia e sociedade.



AGENDA

Semana de Economia

SETEMBRO

De 16 a 20 deste mês, o CORECON e o Clube de Engenharia estarão promovendo a Semana da Economia.

Na parte da manhã, a partir das 10h, na sede do CORECON, serão debatidos os seguintes assuntos:

16 — O papel das entidades

18 — Transporte

20 — Política habitacional

À noite, a partir das 18h, no auditório do Clube de Engenharia, os temas:

16 — Amazônia

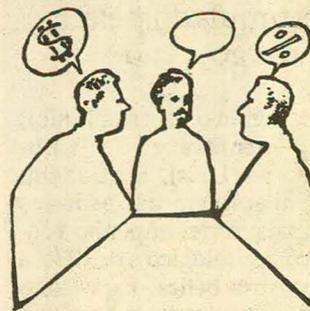
17 — Política setorial

18 — Economia fluminense

19 — Homenagem do COFECON/CORECON aos economistas Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Mário Henrique Simonsen, Ignácio Rangel e Jamil Zantut.

20 — Política industrial

Em todos os debates, haverá participação de especialistas nos assuntos debatidos, políticos e representantes de órgãos oficiais.



INFORME
CORECON

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2248/86

